

HOMICÍDIOS COMETIDOS POR MULHERES E A RELAÇÃO DA PULSÃO DE MORTE: DANDO VOZ ÀS INFRATORAS

Daniel German Ramos Gastaldi¹
Marianne Ramos Feijó²
Elisângela Maria Machado Pratta³

RESUMO

A violência, como um dos principais problemas de saúde pública, tem sido alvo do interesse científico visando alternativas para lidar contra os efeitos adversos que traz. O presente estudo procura articular o conceito de pulsão de morte na Psicanálise com a atuação violenta por parte do sexo feminino, priorizando a compreensão de estudos teóricos sobre mulheres que cometeram homicídios. Foi realizada uma pesquisa empírica qualitativa de caráter descritivo. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro semiestruturado, aplicado via entrevista individual com 08 mulheres, entre 18 e 60 anos, que cometeram homicídios ou tentativas e que se encontram privadas de liberdade. Os dados obtidos foram trabalhados por meio de Análise de Conteúdo Temática. Percebeu-se que a pulsão de morte, manifestada no sadismo ou na agressividade das participantes, poderia ser o fruto de uma subjetividade que é constantemente agredida, reprimida e moldada. A violência obtém significado, forma e singularidade, podendo ser o uso da transgressão um impulso para sobreviver e resistir diante de um constante mal-estar e desamparo nestas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: *violência, feminino, pulsão de morte, psicanálise, homicídio.*

¹ Bacharelado de Psicologia pelo Centro Universitário Central Paulista UNICEP, São Carlos, SP. Mestrado em andamento em Educação sexual pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara, SP. Participa do projeto de extensão de Altas Habilidades / Superdotação da Faculdade de Ciências, Unesp em Bauru. Membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento da identidade e da autoestima em grupos socialmente vulnerabilizados. Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0003-1071-0703>. E-mail: danielramosgastaldi@gmail.com.

² Psicóloga. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (UNIP), mestrado e doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atualmente é Professora Assistente e Supervisora de Estágio na graduação e na pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP, Bauru). Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-6036-9884>. E-mail: marianne.r.feijo@unesp.br.

³ Psicóloga. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP). Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-3733-7163>. E-mail: elipratta@gmail.com.

MURDER BY WOMEN AND ITS RELATIONS TO THE DEATH DRIVE: GIVING VOICE TO FEMALE OFFENDERS

ABSTRACT

Violence, as one of the major public health issues, has been the subject of scientific interest aimed at developing alternatives to address its adverse effects. The present study seeks to articulate the concept of the death drive in Psychoanalysis with violent behavior committed by women, prioritizing the theoretical understanding of female-perpetrated homicides. A descriptive, qualitative empirical study was conducted using a semi-structured interview protocol, applied individually to eight incarcerated women aged between 18 and 60 years, who had committed or attempted homicide. The data obtained were analyzed using Thematic Content Analysis. It was observed that the death drive, as manifested through the participants' sadism or aggression, may stem from a subjectivity that has been repeatedly assaulted, repressed, and shaped. Violence acquires meaning, form, and singularity, suggesting that the act of transgression may serve as an impulse to survive and resist in the face of persistent distress and helplessness experienced by these women.

KEYWORDS: *violence, feminine, death drive, psychoanalysis, homicide.*

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que vem sendo alvo de interesse da comunidade científica, pois traz consigo consequências abrumadas na sociedade, constituindo-se como um grave problema social e de saúde pública. Apesar de aparentar ser um problema da geração contemporânea, a marca destrutiva do ser humano atravessa a sua trajetória no mundo, estando presente ao longo da história evolutiva do homem e da sua constituição como ser gregário. É importante ressaltar que, segundo Raine (2015), em termos evolutivos, a capacidade humana para o comportamento antissocial e violento não era uma ocorrência aleatória. Mesmo que os primeiros homínídeos tenham desenvolvido as capacidades de raciocinar, comunicar-se e cooperar, a violência bruta manteve-se como uma estratégia “fraudulenta” bem sucedida, com a finalidade de sobreviver às demandas da época, aos perigos e à convivência com outros grupos de humanos.

A marca agressiva no ser humano se apresenta de maneiras específicas, dado que se encontra relacionada a fatores filogenéticos (determinantes biologicamente herdados), ontogenéticos (construção de determinantes ao longo do transcurso da vida da pessoa) e culturais (determinantes apreendidos na cultura). Assim, compreende-se que a violência está relacionada tanto ao âmbito individual do sujeito, quanto ao campo das relações localizadas no tempo e espaço construído sócio, político e culturalmente (Santos; Rosenberg, 2014).

Além disso, ao se discutir este fenômeno, torna-se importante considerar questões ligadas a gênero, uma vez que para se compreender o lugar e as relações sociais de homens e mulheres no âmbito social, e no que diz respeito à violência, é necessário compreender o que foi construído socialmente sobre os sexos. Neste sentido, cabe uma importante diferenciação: quando se fala do termo sexo, este traz uma construção atrelada a base biológica, enquanto gênero traz a construção paulatina, de caráter social e histórico, das distinções baseadas nas características biológicas, no âmbito de uma determinada cultura (Louro, 1997).

Neste sentido, observando os papéis de gênero estabelecidos nos quatro últimos séculos na sociedade ocidental, identifica-se que estabeleceu para a figura feminina a ideia daquela que pertence ao espaço privado, ao patrimônio e ao cuidado doméstico; em contrapartida, delimita-se à figura masculina a integração ao espaço público, ficando este

articulado aos negócios sociais, trabalho formal e crime urbano. Tal reflexão, portanto, também impactou na forma de se pensar a violência e a prática de crimes por homens e mulheres. Desta maneira, ao se fazer referência à violência, à mortalidade e à destrutividade decorrentes dela, prevalece a ideia do homem como único portador deste elemento, sendo sempre o olhar masculino quem determinava o limiar entre crime e normalidade, dificultando a visibilidade do feminino dentro das questões da criminalidade (França, 2014).

Para a autora, a delinquência feminina, encontra-se historicamente atrelada a determinadas rupturas de papéis sociais previamente estabelecidos ao feminino, ao longo dos tempos (mãe, esposa, filha). Especificamente, no século XX, os crimes femininos eram associados, na sua maior parte, à maternidade (aborto estimulado pela honra e infanticídio ao padecer de uma crise psíquica) e ao confronto dos bons costumes e da moral familiar (prostituição e sexualidade com fins não reprodutivos). Portanto, os crimes cometidos por mulheres eram associados à esfera da vida privada e dificilmente detectáveis. Havia no imaginário social, inclusive no Brasil, a imagem da mulher vítima, incapaz de transgredir e violentar (Lima, 2017). Nota-se, então, que se atribui à mulher um rótulo de incapacidade à violência ditado pela normativa patriarcal com o fim de manter o domínio social sobre o feminino, sendo, a presença da violência feminina considerada, muitas vezes, uma patologia, por ser inapropriada e não pertencente à mulher (Narvaz; Koller, 2006 apud De Souza, 2009).

Já, a partir do século XXI, os crimes femininos deixam de estar relacionados ao âmbito privado e passam a ter presença no âmbito público evidenciando-se casos de homicídios, sequestros, infanticídios, furtos, injúrias e lesões corporais. Neste sentido, de acordo com Almeida (2014 apud Lima, 2017), é possível observar que, nas duas últimas décadas, especialmente no contexto brasileiro, a crise na ordem de gênero na ocupação do espaço público trouxe a ampliação das possibilidades de acesso das mulheres ao mundo da delinquência, especialmente no que tange ao tráfico de drogas e crime de roubos e furtos, com grande incidência nas classes trabalhadoras mais afetadas pelo desemprego e pela pobreza extrema. Contudo, algumas mulheres, se envolvem na marginalidade por outras questões como busca de reconhecimento social, liberdade sexual, emoção e prazer atrelados ao perigo, a exemplo do que ocorre na participação em facções e gangues femininas.

Nota-se que o conceito de gênero exerce um papel fundamental na compreensão da criminalidade feminina ao contribuir para a construção de percepções e interpretações que reforçam estereótipos, bem como as desigualdades de gênero. A criminalidade feminina é, muitas vezes, vista sob uma perspectiva que associa as mulheres a papéis marginais, perversos ou desumanos, excluindo sua complexidade social, emocional e moral; tal visão reforça a ideia de que as mulheres delinquentes seriam, por exemplo, mais maldosas ou corruptas, em oposição à narrativa de que também poderiam ser vítimas de circunstâncias sociais adversas, como pobreza, violência ou dependência econômica (França, 2014).

O conceito de gênero influencia, ainda, na forma como as experiências e trajetórias dessas mulheres são interpretadas, muitas vezes, atribuindo-lhes responsabilidades como participantes em crimes relacionados a relações conjugais ou ao tráfico de drogas, atividade essa, geralmente, relacionada a contextos de vulnerabilidade social e violência. Essas interpretações reforçam uma visão de que a criminalidade feminina está intimamente ligada a fatores biológicos ou culturais específicos, dificultando a compreensão de que as mulheres também estão inseridas em estruturas de exclusão e discriminação social, que moldam suas ações e possibilidades.

Frente a esta realidade, observa-se uma falta de atenção às mulheres inseridas na criminalidade e nos atos violentos, vivência esta que pode se dar em função de diversos aspectos como a menor ocorrência de crimes de autoria feminina e repetição do mesmo, comparados aos de autoria masculina; o encobrimento e baixa notificação da violência praticada por mulheres; da relevância jurídica que se dá ao mesmo, em função de discriminação por parte do legislador, do poder judiciário e da polícia; dos preconceitos que a sociedade atribui a estes acontecimentos e da pouca importância das manifestações violentas femininas, espelhado na opinião pública que pouco fala sobre esta temática (Soares; Ilgenfritz, 2002 apud De Souza, 2009).

Além disso, considerando-se as transgressões femininas, é possível notar que na maior parte dos casos, o envolvimento amoroso com o parceiro leva ao crime, seja em consequência do ciúme ou vingança contra o mesmo, ou a partir do envolvimento no tráfico, estelionatos e sequestros através do relacionamento amoroso, na posição de coadjuvante (Neri, 2019).

Considerando-se tais elementos, no campo da Psicologia, a teoria psicanalítica traz contribuições para a compreensão da construção do feminino, bem como do fenômeno da violência, a partir dos elementos que Freud evidencia em relação à pulsão de morte.

FEMININO E FEMINILIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS

Abordar o feminino e a feminilidade dentro da Psicanálise pode se tornar um árduo trabalho ao olhar a obra desde suas origens, isto dado que Freud declarou o seu desconforto e o limite teórico que encontrou ao tentar compreender os desejos e a constituição psíquica do feminino, denominando-o “continente negro” (Freud, 1933).

Uma versão clássica freudiana encontrada nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*, determina a feminilidade a partir de uma posição de falta; a mulher seria definida em relação à ausência do pênis e não por uma positividade própria. Aqui a teoria do desenvolvimento psicosssexual das meninas se constrói com o complexo de Édipo e a inveja do pênis (Freud 1905). Contudo, em 1933, no seu texto “A Feminilidade”, Freud considera que a feminilidade pode ser um modo de funcionamento psíquico acessível também ao homem, apartando-a do inato, do biológico ou do pré-formado, entendendo-a como um processo psíquico de construção que ocorre ao longo do desenvolvimento infantil, sobretudo a partir da sexualidade e da dinâmica familiar, como uma posição subjetiva estruturada em torno da castração e da diferença sexual.

Neste sentido, Carneiro e Lazzarini (2016) na sua revisão da literatura psicanalítica sobre temas da sexualidade feminina, feminilidade e posição feminina a partir da metapsicologia freudiana, determinam que o “*feminino*” refere-se a uma característica ou atributo que diz respeito ao sexo biológico ou à condição de ser mulher, sendo associado às diferenças anatômicas, biológicas e às concepções de identidade de gênero que podem ser mais relacionadas a aspectos constitutivos ou essenciais do sexo. Já “*feminilidade*” é um conceito mais complexo, que envolve as maneiras de existir, viver, experimentar e simbolizar o feminino no campo psíquico, cultural e social. Refere-se a um conjunto de representações, identidades e modos de subjetivação construídos historicamente, passíveis de mudança, e que podem variar de acordo com os contextos culturais e pessoais.

Embora estes conceitos, em um primeiro momento, tenham sido marcados por paradoxos e ambiguidades, abriram espaço para pensar a feminilidade como uma dimensão psíquica que não se reduz à sua associação com o feminino biológico ou com o falo. Portanto, possibilita uma compreensão mais ampla e atualizada da experiência feminina, reconhecendo que tanto homens quanto mulheres possuem elementos femininos em sua constituição psíquica e que esses aspectos podem ser considerados tanto na clínica quanto na teoria psicanalítica. Além disso, permite promover uma reflexão crítica sobre as mudanças sociais e culturais em relação às questões de sexo e gênero, atualizando o debate para o contexto contemporâneo, onde as identidades e as experiências de gênero estão cada vez mais complexas e multifacetadas (Carneiro; Lazzarini, 2016).

AGRESSIVIDADE E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO PSICANALÍTICO

Para falarmos de agressividade e violência, cabe mencionar o conceito de *pulsão* na Psicanálise. Segundo Freud (1905), a pulsão consiste em uma pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Uma pulsão tem a sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão), tendo como objetivo suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional, sendo através do objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta.

Seguindo esta lógica, na segunda teoria pulsional, Freud (1920) postula que todos os seres humanos apresentam pulsão de vida e pulsão de morte, sendo que a interação entre essas pulsões é vista como fundamental para a dinâmica psíquica e os processos mentais, envolvendo tanto a criação quanto a destruição, gerando conflitos internos e dinâmicas psíquicas que Freud descreveu como a base da experiência humana.

Considerando-se estes elementos, a pulsão de morte tende para a destruição das unidades vitais, a redução completa das tensões, levando o ser vivo ao estado inorgânico ou estado de repouso absoluto. Esse impulso é entendido como uma tendência a retornar ao não-ser, ou seja, voltar ao estado anterior à vida, associado à destruição, ao desejo de desintegração e à eliminação de tensões, buscando um modo de restabelecer a calma ou o equilíbrio a partir da anulação do conflito. Esta pulsão, primeiramente, é dirigida para o interior, visando a autodestruição; em seguida, é conduzida para o exterior,

manifestando-se sob a forma de pulsão de agressão ou de destruição (Laplanche; Pontalis; 2001).

Por outro lado, a pulsão de vida se contrapõe à pulsão de morte, visando a conservação das unidades vitais e, a partir destas, a instituição de unidades cada vez maiores, obedecendo a um princípio de ligação. Neste sentido, a pulsão de vida é a energia psíquica responsável pela preservação e manutenção da vida, pela construção e desenvolvimento dos seres vivos; ela está associada ao desejo de união, de continuidade, de construção e de crescimento. Essa pulsão é voltada para a realização de vínculos, para a sobrevivência, para a reprodução e para a busca de prazer, estando intimamente relacionada com a pulsão sexual e com a autopreservação (Laplanche; Pontalis; 2001).

Considerando-se estes elementos, Freud (1920) também sinaliza a similaridade entre a destruição do objeto, inseparável do ódio, e a finalidade agressiva do componente sádico da libido. A hipótese mais admissível é que este sadismo seja realmente uma pulsão de morte expulsa do ego sob influência da libido nascente, de modo que só aparece contra o objeto. Primeiro, o sadismo constituiria a inversão da energia pulsional para o objeto em uma tendência mortífera inicialmente voltada contra o próprio ego, manifestado no masoquismo primário. Em um segundo momento, a pulsão de morte, parcialmente limitada pelas pulsões de autoconservação, se desviaria para o exterior como agressividade.

Em *Moral sexual "cultural" e o nervosismo moderno* (1908), Freud denuncia a repressão sexual imposta pela moral burguesa, especialmente a partir da puberdade. A exigência de castidade, autocontrole e repressão do desejo sexual seria, segundo ele, uma tentativa de impor ao sujeito um ideal de pureza que desconsidera a constituição pulsional da psique humana. Freud (1908) então argumenta que essa moral sexual “cultural” contribuiria para o surgimento do que ele chamaria de “nervosismo moderno”, uma expressão clínica dos conflitos inconscientes gerados pela repressão excessiva. Desta forma, o sujeito vendo-se impossibilitado de satisfazer seus desejos, adocece e os sintomas neuróticos seriam, portanto, uma resposta ao impasse entre a exigência cultural de renúncia e a força persistente das pulsões. Entretanto, essa repressão não elimina os impulsos pulsionais, mas os recalca, empurrando-os para o inconsciente, de onde retornam sob formas sintomáticas. A repressão cultural, portanto, não resolve o problema do desejo; apenas o desloca, muitas vezes, de maneira patológica.

Nesse sentido, Canavêz (2014) a partir da leitura das teorias sociais de Freud para compreender a violência, pontua que a capacidade da civilização de regular e neutralizar a agressividade humana não é completamente eficaz, levando em conta que a presença da crueldade é inerente às relações humanas e à constituição do sujeito. Assim, sugere-se que a civilização e as pulsões estão constantemente em conflito, sendo um desafio central para a cultura a questão de como regular essas forças internas. A violência não seria completamente neutralizada pela moral e pela cultura, mas perpassaria as dinâmicas psíquicas e relacionais, evidenciando uma tensão entre impulsos destrutivos e as tentativas de contenção social, existindo aspectos ambivalentes na civilização que, ao mesmo tempo em que busca limitar a agressão, pode reforçar formas de repressão e sofrimento psíquico. A busca da coesão social pela repressão e sublimação das pulsões agressivas e destrutivas para garantir a harmonia não seria totalmente definitiva, e a tensão entre pulsões e civilização geraria sofrimento, neuroses e uma constante luta para o sujeito equilibrar suas próprias pulsões com as exigências externas de convivência.

Também, aponta-se que a civilização necessita da renúncia pulsional como condição de possibilidade para evitar que as forças destrutivas se voltem contra o próprio sujeito e a coletividade. Logo, a civilização se constituiria por um processo de contenção das pulsões, sobretudo da agressividade, que, se não reguladas, poderiam levar à destruição mútua ou ao caos social. Posto isto, há uma espécie de negociação entre o indivíduo e a sociedade: a sociedade impõe restrições às pulsões, enquanto o indivíduo encontra meios de canalizar suas energias pulsionais através de mecanismos como a moral e a cultura. Por outro lado, a autora sinaliza que Freud também reconhece que essa repressão contínua pode gerar sintomas psíquicos, além de uma espécie de "acúmulo" de pulsões não satisfeitas, que podem se manifestar de formas variadas, incluindo a violência. A civilização não conseguiria erradicar as pulsões, mas apenas controlá-las ou redirecioná-las e essa relação de oposição é, portanto, fundamental para compreender a origem de muitos fenômenos ligados à violência, à neurose e ao comportamento social (Canavêz, 2014).

Tendo trazido estes pontos, ao estar presente numa sociedade que está em constante metamorfose, torna-se importante conhecer as novas formas de subjetivação e como os fenômenos da violência podem ser desencadeados mediante aparelhos psíquicos femininos e masculinos. Conforme Belo (2004), a influência da violência na construção

da identidade psíquica é abordada pela ideia de que experiências violentas, especialmente na infância, têm um impacto profundo na formação do sujeito. A violência pode atuar de diferentes maneiras, deixando marcas que moldam a personalidade e a maneira como o indivíduo percebe a si mesmo e o mundo ao seu redor. Segundo o autor, as formas de defesa do sujeito frente à violência podem se manifestar tanto pelo sadismo quanto pela desobjetalização, sendo essas respostas representações de diferentes rotas que o sujeito pode seguir para lidar com o trauma: por um lado, voltada ao prazer destrutivo, e por outro, que busca negar ou desvalorizar o objeto ou o sujeito da violência.

Portanto, mostra-se relevante compreender os aspectos particulares da constituição da personalidade de mulheres e homens na nossa atual cultura e, assim, desvendar os elementos psíquicos que possam estar articulados aos comportamentos antissociais.

OBJETIVO

O presente estudo visa articular o conceito de pulsão de morte na Psicanálise, a vivência da violência observada nos dias de hoje, especificamente no que diz respeito à atuação violenta por parte do feminino, priorizando a compreensão de estudos teóricos sobre as mulheres que cometeram homicídios. Este é um tema pouco explorado na literatura científica e há demanda por estudos que elucidem elementos importantes para o planejamento de intervenções de caráter psicossocial e de prevenção à violência. Este estudo contribui, também, para a Psicologia enquanto Ciência, apresentando novos dados sobre a influência de aspectos psíquicos frente a questão da violência.

MÉTODO

O presente estudo compreende uma abordagem qualitativa, a qual envolve a obtenção de dados descritivos. A pesquisa qualitativa tem o propósito de estudar interpretações que o ser humano faz a respeito de suas vivências, seus sentimentos e pensamentos, produto este advindo de suas histórias, reações, representações, opiniões e crenças (Minayo, 2013). Para atingir os objetivos foi realizada uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2002, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das

características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Tal abordagem envolve a obtenção de dados descritivos.

PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa oito mulheres, com idades entre 18 e 60 anos, que cometeram homicídio ou tentativa de homicídio, encontrando-se privadas de liberdade. Elas foram indicadas, *a priori*, pela equipe da instituição na qual se encontravam, sendo, a partir disto, convidadas a participar de maneira voluntária. Foi entregue e assinado o Termo Livre Esclarecido a cada participante antes de iniciar o questionário.

LOCAL DA PESQUISA

O presente estudo foi realizado na Penitenciária Feminina de Campinas - Regime Fechado, com indivíduos que ali se encontravam e que atendiam aos critérios estabelecidos para inclusão na amostra. A coleta de dados foi realizada em uma sala disponibilizada pela instituição, atendendo às normas estabelecidas pela mesma para contato com as internas.

INSTRUMENTOS E MATERIAIS

Para o estudo foi utilizado um roteiro de entrevista elaborado pelo pesquisador a partir das leituras realizadas e dos objetivos do presente estudo. Destaca-se que, segundo Minayo (2013), o roteiro de entrevista tem a função de guiar o trabalho, provocando, desta forma, possibilidades de investigação a partir de um questionamento inicial. Assim, destaca-se que a escolha da entrevista ocorreu pelo fato de a mesma ser uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador. Em função da temática sensível tratada no estudo, este contato direto mostrou-se essencial, uma vez que a entrevista, pode-se constituir como um espaço transferencial, permitindo à entrevistada a expressão de elementos de base inconsciente articulados à questão da violência.

O roteiro utilizado apresentava 38 questões, as quais foram elaboradas a partir de leituras de artigos científicos e estudos sobre o tema em questão. Destas 38 questões, 11

referiam-se aos dados demográficos, as outras 27 perguntas foram específicas, voltadas para a temática em foco do estudo, as quais abarcaram aspectos referentes à vida da participante antes do crime cometido, à vivência do crime em si e à vida depois do mesmo.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Com a autorização da instituição na qual foram realizadas as entrevistas, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética para avaliação, sendo aprovado sob o número CAAE: (RETIRADO PARA SUBMISSÃO). A partir disto, foi realizado o contato com a unidade prisional para estabelecer a realização da coleta e identificação das possíveis participantes de acordo com os critérios de inclusão estabelecidos. Com o convite e a aceitação da participação, no ano 2021, foram agendadas as entrevistas individuais, as quais aconteceram de forma remota em um ou mais dias, de acordo com as possibilidades apresentadas pela instituição. As entrevistas foram realizadas nas dependências da unidade prisional, em uma sala destinada para isso de acordo com as normas da instituição, sendo a modalidade virtual requisitada, dado as normas de isolamento social frente à pandemia do COVID-19, procurando manter e preservar a saúde das presidiárias e dos funcionários da instituição. Antes da aplicação foi entregue, lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 1 a 2 horas. As participantes foram identificadas apenas com uma letra, visando preservar a identidade das mesmas.

É importante destacar que, inicialmente, a pesquisa tinha a proposta de gravação das entrevistas para serem transcritas posteriormente, ocorrendo um melhor aproveitamento dos dados. Contudo, em função do contexto, foi necessário rever esta questão. De acordo com as normas da instituição, para a utilização de gravador no âmbito do presídio seria necessária a presença de uma guarda durante a realização da entrevista. Sendo assim, considerando-se a temática abordada na pesquisa e os apontamentos da instituição na qual a coleta foi realizada, optou-se pela não utilização do gravador, sendo feita a transcrição imediata pós entrevista, garantindo mais confidencialidade e segurança às participantes.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

As questões referentes aos dados demográficos foram trabalhadas por meio de análise estatística descritiva básica. As demais questões foram trabalhadas por meio da Análise de Conteúdo Temática, buscando-se chegar ao significado das respostas por meio de sua classificação em unidades de sentido. Tendo como base Minayo (2004), foi realizada uma análise e discussão dos dados obtidos a partir dos núcleos temáticos e das categorias e subcategorias identificadas a partir dos relatos das participantes, tomando como referência os objetivos definidos para o presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados em dois momentos: o primeiro momento refere-se à caracterização das participantes da pesquisa. Em um segundo momento são apresentados os dados obtidos por meio do levantamento dos Núcleos Temáticos.

PARTE 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Para a primeira parte da entrevista, sobre os dados pessoais elaborou-se uma tabela para caracterização das entrevistadas, a qual encontra-se apresentada abaixo.

Tabela 1⁴

Caracterização das participantes da pesquisa

CARACTERÍSTICAS		N=08	%
Idade	De 20 a 30 anos	3	37,5%
	De 30 a 40 anos	1	12,5%
	De 40 a 50 anos	3	37,5%
	De 50 a 60 anos	1	12,5%
Sexo	Feminino	8	100%
Escolaridade	Ensino Fundamental	4	50%
	Incompleto		
	Ensino Médio Completo	4	50%

⁴ Tabela elaborada pelos autores da pesquisa.

Estado civil	Solteiro	7	87,5%
	Casado	1	12,5%
Etnia	Branca	4	50%
	Negra	2	25%
	Parda	2	25%
Orientação Sexual	Heterossexual	4	50%
	Homossexual	1	12,5%
	Bissexual	3	37,5%
Número de filhos	De 1 a 2	4	50%
	De 3 a mais de 4	4	50%
Religião	Católica	3	37,5%
	Evangélica	4	50%
	Sem religião	1	12,5%
Pratica religião	Sim	7	87,5%
	Não	1	12,5%
Trabalhava	Sim	7	87,5%
	Não	1	12,5%
Tempo de reclusão	De 1 a 11 meses	2	25%
	De 1 ano a 3 anos	5	62,5%
	De 4 anos em diante	1	12,5%
Motivo da prisão	Homicídio	5	62,5%
	Tentativa de homicídio	3	37,5%

Além destes elementos, observa-se que as participantes descrevem a infância como um período de dificuldades, no qual as vivências esperadas para esta etapa eram escassas (como brincar e estudar). Desta maneira, sete (7) delas relataram episódios potencialmente traumáticos na infância, sendo encontrados os seguintes elementos: a fome durante um longo período de tempo; a indução ao crime; a vivência de agressão intrafamiliar, sendo o pai o principal agressor contra a participante, a mãe ou os irmãos. Contudo, apesar de três (3) delas relatarem a figura paterna como agressora, quatro (4) indicam terem tido um pai amoroso, e uma (1) indicou problemas de convivência, no passado, com a mãe. Quatro (4) delas não conheceram ou conviveram com o pai frente ao abandono por parte deste ou óbito do mesmo. Cinco (5) evidenciaram a necessidade de trabalhar em tenra idade em função da pobreza, vendo-se obrigadas a abandonar os estudos.

Dentro da escola, três (3) estiveram envolvidas em brigas dentro da instituição educativa e quatro (4) apresentaram comportamentos violentos no decorrer da sua vida, antes do crime. No entanto, todas as participantes alegaram sentir-se bem dentro da escola, gostando de estudar e apresentando boas relações com as figuras de autoridade, apresentando bastante entusiasmo no que tange à própria educação, tendo problemas de socialização só com outros colegas.

Duas (2) faziam uso constante de drogas (álcool, maconha e cocaína); e todas apresentaram boas condutas no âmbito laboral.

PARTE 2 – NÚCLEOS TEMÁTICOS EVIDENCIADOS A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com base da Análise de Conteúdo realizada foi possível identificar 2 Núcleos Temáticos, os quais serão discutidos com suas respectivas categorias e subcategorias:

NÚCLEO TEMÁTICO 1 – COMPORTAMENTOS AGRESSIVOS-VIOLENTOS ANTES DO CRIME

Este primeiro núcleo apresenta a visão das participantes sobre a violência antes do crime, bem como a manifestação de comportamentos agressivos/violentos ao longo de sua trajetória de vida. Neste núcleo, na primeira categoria, **comportamentos agressivos/violentos antes do crime**, temos as subcategorias que revelam a presença destes na escola e fora da escola: como momentos de brigas e discussões com colegas dentro da instituição (seja por mal-entendidos, olhares ou piadas), ou por fora. As brigas eram iniciadas principalmente por ciúmes de namorados ou difamações de outras pessoas:

Apontando um sentimento de raiva, na escola lembra que explodia com muita facilidade, podendo chegar a brigas e discussões rapidamente, alegando uma sensação de impulso, agindo cegamente - (Participante D)

Dentro do estudo de França (2014), se reitera que as mulheres relatam histórias de violência e humilhações anteriores à prisão, exigindo um olhar cuidadoso sobre a questão de gênero no cárcere, uma vez que a violência de gênero se constrói historicamente e pode ser transmitida geracionalmente, tornando as mulheres que a experimentam mais vulneráveis a ocuparem as estatísticas criminais. Estas histórias,

muitas vezes, são vivenciadas desde a realidade escolar. Conforme Abramovay (2005), a violência no ambiente escolar distorce as concepções sociais de *escola* como sendo um refúgio pacífico, da *sociedade* como um elemento acolhedor e da *infância* com um sinônimo de inocência. Além disso, como fatores externos que induzem o agravamento das situações geradoras de violência na escola, estão a exclusão social, racial e de gênero, bem como a carência de pontos de referência nos jovens e espaços públicos para socialização.

De acordo com Singulane, Silva e Sartes (2016), na infância, muitas vezes, a violência é aplicada pelos responsáveis e, geralmente, são agressões físicas contra meninos e sexuais contra meninas. Já na adolescência, o rendimento acadêmico na escola, a dificuldade no estabelecimento de vínculos familiares e sociais, ou a ausência de um dos pais em casa fomentam a violência nesta fase.

Observa-se, desde estas fases iniciais do processo de desenvolvimento, questões marcadas pelo gênero. Neste sentido, França (2014) evidencia que considerando-se a realidade de mulheres carcerárias, se indica que o cárcere feminino revela as desigualdades de gênero presentes nos diferentes espaços sociais, com as mulheres sendo tratadas com indiferença no ambiente penitenciário.

Na subcategoria relacionamentos amorosos, sete (7) mulheres estiveram dentro de relacionamentos abusivos antes do crime, e três (3) começaram ter relações homoafetivas uma vez estando no contexto prisional.

D casou-se duas vezes e nas duas ocasiões decidiu separar-se dos esposos frente à constante agressão deles - (Participante D)

Alega ter sentido um grande desconforto produto do ciúme e do controle que a sua companheira impunha nela - (Participante E)

Apesar de seu companheiro ter sido preso por meio da Lei Maria da Penha, ele retornou ao lar e seguiu violentando-a física e verbalmente, chegando a ser espancada em diversas ocasiões, tendo recebido ameaças de morte - (Participante F)

A relação entre os dois era cada vez mais tensa. Seu marido começou agredi-la fisicamente, batendo nela incontáveis vezes sem nenhum motivo, sinalizou a

participante. As agressões chegaram ao ponto de ela desmaiar, dele arrancar seus cabelos, quebrar alguns ossos e deixar hematomas no seu corpo - (Participante G)

A participante indica ter sempre se relacionado com homens, contudo, no período da prisão começou a se relacionar com uma mulher, relação que destacou mais dentro do âmbito afetivo (companheirismo) que sexual - (Participante B)

A violência contra a mulher tem sido categorizada como um problema de Saúde Pública que afeta não só determinadas classes sociais, mas também casais homoafetivos, diversos grupos étnicos e diversas culturas. Diferentes formas de violência são encontradas contra a figura feminina, no entanto, as mais frequentes são as que ocorrem no contexto intrafamiliar, afetando, consideravelmente, a saúde física e mental das mulheres. Assim, a violência doméstica, ao se encontrar no âmbito do privado, tem se posicionado como uma problemática unicamente dos afetados. Consequentemente, ao afirmar a sua suposta privacidade, um dos pontos emergentes é a submissão das vítimas frente ao agressor, entrando no desamparo (Rodríguez-Shadow; Rodríguez, 2015).

As mesmas autoras pontuam que uma mulher, mais que outra pessoa, tem mais possibilidades de ser agredida, estuprada ou assassinada por pessoas próximas a ela, (companheiro amoroso ou anteriores). Neste sentido, a violência doméstica contra a mulher tem adquirido semelhanças com padrões de tortura, sendo os ataques direcionados à saúde mental da vítima e ao bem-estar e integridade do seu corpo.

Estudos como o de Chaves e Cervený (2011) apontam a repetição familiar de comportamentos e de relações violentas, dado que a maneira como um adulto aprende a interagir com os outros é o produto dos diferentes tipos de relações que manteve (e mantém) com a sua família. Apesar disto, não devemos cair no discurso de limitar a explicação do crime à repetição de um modelo parental, devendo-se compreender aspectos de desenvolvimento psicossocial e de um contexto maior, incluindo, além das gerações passadas, o desenvolvimento do indivíduo em certos contextos sociais e condições de vida. Na perspectiva de Cartwright (2014), no que tange aos crimes em que ocorre o homicídio, observa-se que, geralmente, quem comete homicídio não possui antecedentes violentos, dado que a violência, definida pelo ato físico e pelo seu intuito destrutivo, consciente ou inconscientemente, não tem uma única fonte, sendo, por conseguinte uma forma de expressão de estados mentais insuportáveis.

Diante dos casos de relações homoafetivas no sexo feminino, dentro do contexto carcerário, Barcinski (2012) indica na sua pesquisa que a homossexualidade se caracteriza como um comportamento temporário do estar presa, sendo, portanto, parte de uma “*cultura prisional*” que determina modos e tradições de vida dentro desta instituição. Também, sinaliza a procura destas relações como o resultado da privação de contatos heterossexuais e do afastamento das relações externas que vivenciam as internas, sendo o abandono muito mais decorrente nas mulheres presas, comparado aos homens presos. Como resultado, as relações entre as internas costumam não ter um âmbito meramente sexual, e sim o do companheirismo, do carinho e do cuidado entre elas. Cabe destacar que um aspecto atrelado à cultura prisional do cárcere feminino é a representação do “papel masculino”, sendo a mulher que desempenha este papel brindada de privilégios tradicionalmente atribuídos aos homens, reforçando, assim, a masculinização de mulheres encarceradas.

NÚCLEO 2: HOMICÍDIO: ELEMENTOS PSICANALÍTICOS

O Núcleo Temático 2 revelou quatro categorias que mostram os principais aspectos levantados nas falas das mulheres em relação à vivência do crime, sendo homicídio ou tentativa de homicídio, visualizando-se por meio dessas os principais elementos que contribuíram como motivadores para tal ato.

A primeira categoria que emergiu refere-se aos **sentimentos** despertados por uma dada situação, os quais levaram o indivíduo a realizar o crime. Neste contexto, em relação a **sentimentos**, evidencia-se a questão da raiva extrema/descontrole a qual foi apontada por sete participantes. Os trechos abaixo revelam estes elementos:

O sentimento no momento da agressão foi de raiva, só raiva passava pela sua cabeça. Afirma que todo mundo briga porque sente raiva. Sentiu-se cega e agiu na emoção do momento - (Participante A)

C relata ter sentido só raiva, mas não lembra muita coisa, tendo sido algo que aconteceu muito rápido - (Participante C)

No momento em que atirou na namorada, a participante indica que só lembra ter sentido raiva, muita raiva. Tendo sido um momento muito rápido, não conseguiu pensar em outra coisa - (Participante E)

“Sentia muita raiva, ciúme do que ela fez com meu filho”, comenta a participante fazendo referência ao fato do filho ter visto o pai dele fazendo sexo com a nova namorada e dela ter batido nele (o filho) - (Participante F)

Conforme os dados coletados no *Atlas da Violência* (IPEA, 2025), no Brasil houve um total de 49.502 homicídios estimados no ano de 2023, uma cifra alarmante; contudo, visualiza-se uma redução de 2,3% na taxa de homicídio por 100 mil habitantes no país. Frente a este fenômeno, Martorelli (2019) sinaliza que, em relação ao gênero, o homicídio é o maior delito cometido, tanto em homens quanto em mulheres, embora seja em menor quantidade no sexo feminino, sendo o terceiro delito mais praticado. No caso das mulheres, encontra-se uma relação entre o assassinato das vítimas com uma defasagem nos vínculos familiares, o histórico de transtornos mentais, como a depressão, e o abuso de substâncias.

Desde o ponto de vista psicológico, Cartwright (2014) entende que o ego repudia, odeia e persegue com a finalidade de destruir qualquer objeto que seja fonte de desprazer, sendo este uma possível frustração de satisfação sexual ou de risco de morte, levando o ego à autopreservação, sendo os resultados das relações de ódio derivantes da luta do ego em se preservar e sobreviver. Na literatura psicanalítica entende-se que diante de elementos como o ódio e o controle, o ego, ao se ver na presença simultânea de sentimentos opostos em relação a um mesmo objeto (ambivalência), pode usar mecanismos de defesa como a *cisão*, onde separa completamente o objeto bom do objeto mau como forma de preservar o amor sem encarar o ódio; a *repressão*, mantendo fora da consciência sentimentos considerados inaceitáveis; ou a *racionalização*, transformando emoções conflitantes em justificativas lógicas.

Além disso, é necessário enfatizar que foi latente nos relatos a procura do controle como uma forma de tentar acomodar aquilo que estava gerando angústia. Assim, a agressão proveniente manifestar-se-ia nas tentativas de controlar o ambiente, assim como, também, no conjunto de comportamentos, sentimentos e representações que o sujeito, no caso a mulher, elaboraria na situação estressante. Neste caso, após o aumento do mal-

estar, aumentar-se-ia a intensidade da ação violenta do id sobre o ego e, sendo que induzir dor no objeto (assim como sentir dor) é uma dinâmica primária por trás da violência, o que funcionaria como um estimulador prazeroso na procura da aniquilação daquela fonte de desprazer.

Similarmente, em situações de mal-estar acentuado, ira e desejos destrutivos, a capacidade do superego sádico de direcionar essa agressividade contra si mesmo estaria ineficiente. Desta forma, quando o ego está sobrecarregado ou enfraquecido, o superego não consegue mais manter o controle sobre as pulsões agressivas, e estas emergem de forma desorganizada, podendo se manifestar em atos de violência ou em estados de apatia e desinvestimento. Consequentemente, a agressividade, que normalmente é redirecionada para o próprio sujeito sob a forma de culpa, torna-se, nesse contexto, incontrolável. O superego, ao falhar, revela não só os limites da repressão, mas também os efeitos devastadores de uma moral que impõe exigências superiores às capacidades psíquicas do indivíduo (Freud, 1923).

Na segunda categoria, fala-se sobre **o comportamento de defesa própria**. Neste âmbito, diante de uma situação que colocava em risco a vida da participante, ela defendeu-se, atacando o agressor.

No meio da discussão, o homem pegou um revólver, contudo, a participante conseguiu empurrar ele, pegou a sua arma e atirou nele três vezes, uma no braço e duas no peito... “Ele vai me matar, é ele ou eu” - (Participante H)

A participante após ter sido ameaçada de morte pelo seu companheiro pensou que iria morrer e, aproveitando que ele estava deitado, com uma chave soquete bateu na sua cabeça consecutivas vezes, assassinando-o - (Participante G)

O pai da participante começou a estrangulá-la enquanto discutiam. Para liberar-se, ela pegou uma faca que estava por perto e o esfaqueou no abdômen. Apesar dele não ter morrido, D é condenada à prisão por tentativa de homicídio - (Participante D)

Almeida (2000) observa nos relatos de mulheres infratoras uma abrupta relação entre a condição de submissão, vendo-se inserida em um contexto violento, com a seguida execução do crime. A transgressão seria o resultado dos efeitos cumulativos de traumas

graves, cuja intensidade, duração e frequência de experiências desprazerosas contiveram sentimentos de ira, vergonha e desdém na estrutura psíquica da pessoa.

Retomando, então, o conceito de pulsões de autoconservação, estas são de caráter egóico, cujo princípio é manter o ego protegido. Este elemento tem base narcísica, fazendo oposição às pulsões sexuais para distanciar o indivíduo do possível risco de agir segundo seus impulsos objetais irresponsáveis, podendo ser penalizado perante uma ameaça de castração. Por outro lado, a função desta pulsão desloca-se do aspecto unicamente pulsional e erotiza-se, aparecendo ligada à agressividade e às antigas pulsões de dominação (Jordão, 2017).

Diante das ameaças presenciadas nas participantes, observa-se que a apreensão era exorbitante; conseqüentemente, no plano econômico do aparelho psíquico, “... a pulsão de vida se harmoniza mal com o modelo energético da pulsão como tendência para a redução das tensões” (Laplanche; Pontalis, 2001, p.415). Esta seria a característica da pulsão de autoconservação, designando as funções corporais necessárias para garantir a conservação da vida da pessoa. Por fim, ao se encontrar em um estado de excitação muito elevado, entender-se-ia que Eros cederia diante Tanatos, prosseguindo à destruição do elemento angustiante.

Na seguinte categoria, **cegueira/impulso**, a questão de ter dificuldade de vislumbrar o comportamento na sua efetivação, bem como agir conforme a emoção do momento. Os trechos abaixo revelam estes elementos:

A participante caracteriza o momento do ato como muito rápido, tendo agido na hora da emoção - (Participante D)

Para explicar o estado de “cegueira” das participantes na hora da consumação do crime comandado pela pulsão de morte, a falta de consciência naquele momento poderia ser explicada pela constituição da instância do id, o qual constitui o pólo pulsional da personalidade, sendo o reservatório inicial da energia psíquica. O id é formado por conteúdos e expressão psíquica inconscientes, hereditários, inatos, recalcados e adquiridos (Laplanche; Pontalis, 2001). Assim, ao se falar de uma descarga de energia libidinal extrema, como relatado nos casos das participantes, poderia se entender que houve uma lacuna na hora de retirar essa energia de forma dessexualizada e sublimada, recalçando ou censurando a partir do superego.

A pulsão de morte, manifestada no sadismo ou na agressividade das participantes, poderia ser o fruto de uma subjetividade que é constantemente agredida, reprimida e moldada. A violência obtém significado, forma e singularidade, podendo ser o uso da transgressão um movimento para sobreviver e resistir diante de um constante mal-estar e desamparo significativo presente na vida destas mulheres.

Seria interessante, também, pensar no que pode existir por trás da insegurança sobre ser amada, transformando-se num ato violento contra a vida do outro. Pode-se observar alguns mecanismos psíquicos, como a *projeção*, onde a própria insegurança se coloca no parceiro, interpretando suas ações como sinais de rejeição ou de não amor. Pode-se pensar, ainda, em um aspecto *regressivo*, onde frente a uma ameaça se busca elementos mais primitivos de expressão, como a questão agressiva que transforma a angústia em ato.

Finalmente, na quarta categoria, destaca-se em todas as participantes o **sentimento de culpa**, sendo que três (3) delas viram a figura da mãe como um delimitante na hora do crime.

Uma mulher gritou que estava roubando, “ladrão! ladrão!” palavras que trouxeram a participante de volta em si e fugiu do local. O motivo de ter escapado foi por ter lembrado da boa educação que a mãe sempre lhe deu - (Participante A)

A participante E atirou quatro vezes no peito da vítima e, enquanto ela caía, escuta que chama a sua mãe com seu último respiro (E cai no choro, faz uma longa pausa e implora perdão a deus) - (Participante E)

A participante afirma sentir-se muito mal, sente muita culpa porque não queria machucar o seu pai. Afirma que nunca iria querer fazer algo de errado nele pois é seu pai (Declara chorando) - (Participante D)

Após o crime, a participante indica sentir muita culpa, trazendo a seguinte frase: “Se a culpa matara, eu tinha morrido naquele dia” - (Participante F)

G manifesta sentir um grande sofrimento que carrega no seu coração, culpa, sentindo-se infeliz e não encontrando sentido na sua vida. “Quando é que eu vou ser feliz?”, se questiona frente ao assassinato do seu marido agressor - (Participante G)

O sentimento de culpa apontados pelas participantes seria produto da tensão psíquica de um superego exigente demais e um ego fragilizado, onde após ceder ao desejo do id (cometer o crime), o superego age como uma instância crítica e punitiva, gerando culpa como forma de punição interna, independentemente de haver punição externa. Sendo o superego um "juiz interno" que avalia os pensamentos, desejos e ações das pessoas, através da sua passagem no complexo de Édipo, este introduz a culpa como relação organizadora do aparelho psíquico. Assim, o mesmo estaria colocando no indivíduo a angústia por ter agido de forma sádica, angústia que permanece parcialmente inconsciente dado que a natureza dos desejos não é reconhecida conscientemente (Laplanche; Pontalis, 2001). Em outras palavras, a culpa é a punição interna pelo crime numa estrutura neurótica.

O mal-estar psíquico não é uma falha individual, mas um produto estrutural das exigências culturais. Neste sentido, a moral imposta pela cultura, ao exigir a repressão extrema do desejo, contribui para o sofrimento do sujeito e para o surgimento de sintomas neuróticos. O superego, internalizando essas exigências, transforma-se numa instância punitiva que amplifica esse sofrimento e, nos momentos em que o sofrimento se intensifica, o colapso da contenção superegógica evidencia o fracasso da repressão como estratégia de civilização (Freud, 1930).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender como o conceito de pulsão de morte na Psicanálise se articula à vivência relatada pelas participantes na hora de cometer um assassinato, além de ter sido possível observar o fenômeno da violência usando os conceitos à luz da Psicanálise. Contudo, quando se trata da subjetividade humana é difícil chegar a um consenso sobre o que pode induzir a um crime de lesa humanidade. Não existe uma receita pré-fabricada para determinar quais circunstâncias devem acontecer para que um ser humano destrua outro. O que se pode determinar é que existe, na trajetória das participantes, algumas semelhanças que podem contribuir para a compreensão da violência praticada.

Em um primeiro momento, evidencia-se feridas emocionais, simbolicamente entendidas como cicatrizes psicológicas, que acompanham essas mulheres desde a

infância. Estes elementos, potencialmente traumáticos, envolvem dores associadas ao abandono dos estudos, ao trabalho precoce forçado, à fome, à ausência do lúdico e das brincadeiras de uma criança comum, também se observa a ausência de um lar seguro, de uma figura paterna ou materna que acolhesse e desse carinho ou a existência de uma instituição acadêmica eficiente. Dores, angústias e sofrimentos que não tiveram lugar de fala, não tiveram espaço para serem ressignificados e permaneceram reprimidos, mas, ainda assim, presentes de forma inconsciente no seu dia a dia, aguardando o momento para poder liberar tal mal-estar.

Com isto, pode-se entender que quando um indivíduo vivencia um evento potencialmente traumático na infância sem marcas físicas (fome, privação do lúdico ou trabalho forçado, ausências diversas), a energia demandada nessa situação permanece livre no inconsciente, sem ser nomeada, gerando constantemente aflição, angústia e desamparo no psiquismo que age na procura de prazer. No entanto, ao se ver, futuramente, perante contextos estressantes que elevem sua excitação, as respostas fornecidas serão produto de uma liberação exaltada de energia acumulada, em poucas palavras, violência.

As relações interpessoais instáveis, também, formam parte da história dessas mulheres, onde o nexos entre papéis de gênero socialmente construídos e a violência, se apresenta de forma clara. As expectativas culturais e sociais sobre como as mulheres “devem” se comportar, o esperado da figura feminina submissa e frágil, a culpabilização da mulher da violência sofrida ou a justificativa do agressor, bem como a cultura do patriarcado, onde o masculino possui ou controla o corpo feminino, se encontram nas sombras de suas subjetividades, que ao se debaterem com a própria sobrevivência pode apagar, momentaneamente, a moralidade internalizada, tomando a vida do outro em troca da própria.

Estes dois panoramas sinalizam fortemente a influência da vulnerabilidade social para a produção, exposição e perpetuação da violência, tanto como causa quanto como consequência, tratando-se de uma relação estrutural e multifacetada que envolve desigualdade, exclusão e ausência de direitos básicos, expondo as pessoas a violência simbólica e institucional, privando-as do pleno acesso a direitos fundamentais.

Destaca-se, também, que uma abordagem de gênero adequada permite reconhecer que as condições de vida de muitas mulheres, como pobreza, violência anterior e vulnerabilidade familiar, influenciam diretamente suas trajetórias criminais, ou seja, o

entendimento de que as experiências sociais e culturais, construídas ao longo da vida das mulheres, impactam sua personalidade e, conseqüentemente, na inserção no crime, ajudando a deslocar a visão estereotipada de que elas são intrinsicamente criminosas, propondo uma análise mais humanizada e contextualizada das suas ações.

Por fim, houve uma lacuna de estudos que correlacionem os aspectos intrapsíquicos do feminino com o crime de homicídio. Denota-se muito importante a elaboração de novas pesquisas para compreender o que há por trás da subjetividade feminina no campo da violência, retomando as seguintes palavras: “Não é comum nas ruas, nos jornais ou no mundo acadêmico ouvir debates, notícias ou pesquisas sobre mulheres assassinas. Não é comum, também, no campo jurídico, ouvir relatos de mulheres assassinas. É mais comum ouvir relatos sobre mulheres assassinadas” (Almeida, p.16, 2000).

Além disso, considerando-se elementos a serem explorados em estudos futuros na área, seria importante buscar o desenvolvimento de pesquisas comparativas procurando identificar os elementos semelhantes e diferentes retratados por homens e mulheres frente a prática de atos violentos, como no caso do homicídio.

Sobre o artigo:

Recebido: 19 de fevereiro de 2025

Revisado: 03 de agosto de 2025

Aceito: 29 de agosto de 2025

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. 2000, p.263. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza; 2000.
- BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se" transformar em homem" na prisão. **Psico-USF**, v. 17, p. 437-446, 2012.
- BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARTWRIGHT, Duncan. **Psychoanalysis, violence, and rage-type murder: Murdering minds**. Psychology Press, 2002.
- CARNEIRO, Cláudia Aparecida; LAZZARINI, Eliana Rigotto. Origens e destinos da feminilidade em Freud e na contemporaneidade. **Revista de Estudos Psicanalíticos**, v. 34, p. 203-215, 2016.
- CANAVÊZ, Fernanda. A violência a partir das teorias freudianas do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 66, n. 1, p. 33-48, 2014.
- FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, v. 18, n. 1, 2014.
- FREUD, S. **Obras Completas: Três ensaios sobre a sexualidade, análise fragmentária de uma histeria e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 6, 2016. (Trabalho original publicado em 1901 - 1905).
- FREUD, S. **Obras completas: O delírio e os sonhos na *gradiva*, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 9, 2015. (Trabalho original publicado em 1908).
- FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2003. (Trabalho original publicado em 1920).
- FREUD, S. **Obras completas: O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 16, 2011. (Trabalho original publicado em 1923 - 1925).
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2011. (Trabalho original publicado em 1930).
- FREUD, S. **A Feminilidade, (Conferência XXXIII). S. Freud, Amor, Sexualidade, Feminilidade: Obras Incompletas de Sigmund Freud.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 313-345, 2019. (Trabalho original publicado em 1933).
- GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. **Editora Atlas SA**, v. 4, p. 175, 2002.

IPEA. **Atlas da violência**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

JORDÃO, Alexandre Abranches. Narcisismo e autoconservação. **Cadernos de Psicanálise-SPCRJ**, v. 33, n. 1, p. 19-24, 2017.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. Boitempo Editorial, 2017.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Neuton Alves De. **Mulheres e crimes: um diálogo com os direitos humanos das detentas em Manaus**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas-UEA (PPGSCDH/UEA), Manaus; 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTORELLI, Adriana de Melo Nunes. **Consumo de álcool e drogas ilícitas, sintomas depressivos e aspectos da sexualidade entre mulheres sentenciadas por crime de homicídio**. 2017. Tese (Doutorado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. p. 269-269, 1992.

RAINE, Adrian. **A anatomia da violência: as raízes biológicas da criminalidade**. Artmed Editora, 2015.

RODRÍGUEZ-SHADOW, María J.; RODRÍGUEZ, Lilia Campos. **Los estudios sobre la violencia hacia las mujeres: nuevos aportes**. Centro de estudios de antropología de la mujer. 2015.

SANTOS, Thalita Mara; ROSENBERG, Eleusa Gallo. Representações sociais sobre a violência em egressos do sistema prisional. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 94-110, 2014.